



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE 2008 .**

**EMENDA ADITIVA**

Incluir no §3º no artigo 3º da Medida Provisória nº 446, de 2008 o seguinte

Art.

3º.....  
.....

§3º. O Ministério responsável pela certificação, terá prazo de um ano para julgar os pedidos de renovação, sob pena de deferimento automático.

**Justificação**

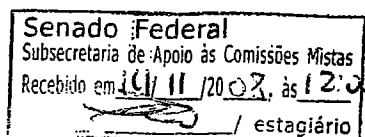
A Lei nº 9.784, de 1999 disciplina procedimentos e prazos que devem ser cumpridos tanto pelo administrador público como pelo administrado. Entretanto, para o administrado, o descumprimento de prazos restringe direitos, penaliza e no caso das entidades beneficentes de assistência social, pode paralisar suas atividades em função da insegurança jurídica.

Não se pode conceber que o Poder Público não tenha instrumentos para julgar os pedidos de renovação de certificados em tempo hábil.

A ineficiência do Poder Público não pode prejudicar as atividades de natureza assistencial, razão pela qual há necessidade de impor uma prazo para decidir.

Sala da Comissão, em ..... de .....

~~DEPUTADO Waldir Maranhão~~  
~~PP/MA~~



CONFERE COM O ORIGINAL

*Claudia Lyra Nascimento*  
Secretária-Geral da Masp

